

DECRETO Nº 001/2008, DE 20 DE AGOSTO DE 2008.

Dispõe sobre o sistema de registro de preços no âmbito do Consórcio Intermunicipal do CIVAP - Vale do Paranapanema

OSCAR GOZZI, Presidente do CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema e Prefeito do Município de Taramã, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

- Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Registro de Preços para a contratação de compras e de serviços dos da Administração Direta do CIVAP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA que obedecerá ao disposto neste decreto.
- Art. 2º - A seleção de preços para registro se fará de acordo com o que dispõe o inciso II do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.
- Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços será utilizado para aquisição de materiais e produtos diversos, gêneros de consumo e serviços de uso freqüente e que tenham significativa expressão em relação ao consumo total ou uso, ou ainda, que devam, em função da economicidade, ser contratados de forma centralizada para os órgãos da Administração Municipal.
- Art. 4º - Caberá à Diretoria Executiva do CIVAP e ou COMISSÃO DE LICITAÇÕES, praticar todos os atos relativos ao controle e acompanhamento dos preços registrados.
- Art. 5º - O registro de preços será sempre precedido de ampla pesquisa de mercado, a ser realizada pela Diretoria referida no artigo anterior.
- Art. 6º - A Comissão de Licitações poderá, a qualquer tempo, proceder ao registro de preços de materiais, gêneros e serviços de uso geral com vistas ao abastecimento dos almoxarifados e manutenção dos serviços gerais.
- Art. 7º - Todos os órgãos da Administração Direta do CIVAP poderão utilizar-se do registro de preços, cujo gerenciamento esteja sob responsabilidade da Comissão de Licitações, mediante processo que deverá tramitar junto à Diretoria Executiva com aval do Presidente.
- Art. 8º - A licitação destinada ao registro de preços de bens e serviços comuns será processada na modalidade de CONCORRÊNCIA ou de PREGÃO, nos termos da Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002.
- Art. 9º - O preço máximo de validade para o registro de preços será de 12 (doze) meses.
- Artigo 10 - Os fornecedores que tenham seus preços registrados poderão ser convidados a firmar termos de contrato ou instrumento equivalente durante o período de vigência do registro de preços.
- Artigo 11 - A existência de preços registrados não implicará em contratações ou aquisições que dele poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa a licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- Parágrafo único - A não utilização de registro de preços ficará a critério da Diretoria Executiva do CIVAP e será admitida somente por interesse administrativo após ratificação de seu Presidente.
- Artigo 12 - As condições para participar do processo de licitação serão sempre fixadas no ato convocatório respectivo.
- Artigo 13 - O edital de licitação destinado ao registro de preços deverá conter, entre outras disposições:
- I - definição do índice econômico adequado ao objeto da licitação e que será utilizado nos eventuais reajustes;
 - II - critérios econômicos adotados como parâmetros para evolução dos custos;
 - III - critérios para deliberação e periodicidade dos reajustes.
- Artigo 14 - Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.
- Artigo 15 - Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
- Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.
- Artigo 16 - O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:
- I - pela Administração, quando:
 - a) - o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;
 - b) - o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem a aceitação da justificativa pela Administração;
 - c) - o fornecedor der causa à rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços;
 - d) - em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do ajuste decorrente do registro de preços;
 - e) - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
 - f) - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
 - II - pelo fornecedor quando, mediante solicitação formal, comprovar estar impossibilitado definitivamente de cumprir exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
- § 1º - A comunicação do cancelamento do preço registrado nos casos previstos no inciso I deste artigo será feita mediante correspondência ao fornecedor e que fará parte integrante dos autos que deram origem ao registro de preços.
- § 2º - No caso de não localização do fornecedor, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- § 3º - A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do prazo de validade do registro de preços, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no edital, caso não aceitas as razões do pedido.
- Artigo 17 - Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos:



64

- I - pela Administração, por meio de edital, quando por ela julgado que o fornecedor esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços, ou ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da decisão;
- II - pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços.

Artigo 18 - A Diretoria Executiva do CIVAP fará publicar na imprensa oficial os preços registrados, para orientação dos órgãos da Administração.

Artigo 19 - A Diretoria Executiva do CIVAP poderá estabelecer normas regulamentares para a execução do disposto neste decreto, em caso do surgimento de dúvidas, as quais serão implantadas através de Instruções Normativas.

Artigo 20 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIVAP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA, em 20 de agosto de 2008.

OSCAR GOZZI
PRESIDENTE

Publicado no quadro de avisos do CIVAP, aos vinte dias de agosto de 2008.

JANETE MIGOTTO GOMES
ASSESSOR TÉCNICO

Portaria nº 003/2020
De 09 de Janeiro de 2020

**DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE
PREGOEIRO(A) OFICIAL, EQUIPE DE
APOIO E EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO
TÉCNICO**

WAGNER MATHIAS, Presidente do CIVAP -
Consórcio Intermunicipal do Vale do
Paranapanema, Estado de São Paulo e
Prefeito do Município de João Ramalho/SP,
no uso de suas atribuições legais e,
estatutárias e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002 de 17 de
julho de 2002, notadamente no seu art. 3º inc. IV e §§s,

CONSIDERANDO a edição dos Decretos nº 002/2008 e 003/2018 que
regulamentaram no âmbito de atuação do CIVAP, a utilização da modalidade
de licitação denominada PREGÃO, para aquisição de bens e serviços comuns;

CONSIDERANDO ainda, que a licitação na modalidade Pregão é
juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade,
impressoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade
administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento
objetivo dos quais lhe são correlatos,

CONSIDERANDO, por fim, o disposto no art. 6º dos Decretos acima
citado,

R E S O L V E,

Art. 1º - Designar Pregoeiro(a) Oficial e Equipes de Apoio e de
Acompanhamento Técnico, visando o processamento da licitação na
modalidade PREGÃO, conforme os relacionados abaixo:

I – PREGOEIRA OFICIAL:

SILVIA MIRANDA GOMES - RG nº 23.603.751-1

II – EQUIPE DE APOIO:

"Sazinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"



BÁRBARA HARDER LEME - RG nº 44.896.717-0
DOMINIQUE VITÓRIA VOLPE DE SOUZA - RG nº 0 44.591.361-7
EDMAR LOURENÇO DA SILVA - RG nº 44.514.974-7
IDA FRANZOSO DE SOUZA - RG nº 7.816.657-3
JANETE MIGOTTO GOMES - RG nº 33.025.885-0
MATHEUS DE OLIVEIRA PERES – RG nº 48.771.811-2

III – EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO:

a) - Pelo CIVAP

DANIELA ALVAREZ BATISTA - RG nº 27.739.701-7
VANDEIR JOSÉ FIGUEIREDO - RG nº 24.929.041

b) - Pelos Municípios integrantes ao CIVAP

ADRIANA BRESCIANI VITULLO - RG nº 21.916.785-0
ADRIANA PORLAN GROSSO - RG nº 25.059.520-5
ALEXANDRE NUNES - RG nº 21.286.555
CLÓVIS MARCELINO DA SILVA - RG nº 11.369.744-2
CRISTIANE A. ESTEVES - RG nº 28.000.691-3
DANIEL DE LIMA BOTERO - RG nº 34.384.532-5
DANIELA CRISTINA SOARES - RG nº 33.794.167-1
DENISE REGINA DE SOUZA PESSININ - RG nº 21.358.233
ELAINE CRISTINA A. GAZETA - RG nº 40.968.931-1
ELIZA IKEDA ODA - RG nº 15.563.492
EVA RODRIGUES ROSA - RG nº 16.269.140-3
FABIANE SIQUEIRA G. RAMAZOTTI - RG nº 33.287.344-4
FÁBIO ALEXANDRE CHENOU - RG nº 30.994.100-3
FRANCISCA DE OLIVEIRA - RG nº 517.864.48
GUSTAVO BOIM DE SOUZA - RG nº 29.343.513-3
GISLEINE REGINA LOURENÇO - RG nº 19.336.251-X
HELOISA DOMICIANO MARQUES - RG nº 48.768.314-6
HILDEBRANDO GIL - RG nº 12.870.201

"Sazinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"



JANISLEI ADRIANA DA SILVA LIMA - RG nº 25.356.680-0
JOSEANE MARIA FERREIRA ROMANCINI - RG nº 26.298.254-7
KARINA BELAVENUTI DELANTONIA - RG nº 40.571.374-5
LARISSA L. DE S. CUNHA - RG nº 25.498.499-X
LEIDE GABRIGNA BARROS - RG nº 16.269.095
LEILA CRISTINA MORENO GARCIA MATTIOLLI - RG nº 28.585.496-3
LYLIAN LOPES DO NASCIMENTO - RG nº 18.343.427
LILIANI DA SILVA - RG nº 41.523.073-1
LUCIANE F. M. CARVALHO - RG nº 12.429.034-6
MAGNÓLIA DE CAMPOS - RG nº 17.234.895-X
MÁRCA AP. DE CARVALHO - RG nº 19.622.833-5
MÁRCIA APARECIDA GONÇALVES BRISOLLA - RG nº 17.230.420-9
MÁRCIO MATHEUS CONTRERA - RG nº 502.600 SSP/MS
MARCO ANTONIO RODRIGUES DA SILVA - RG nº 24.350.495-0
MARINETE APARECIDA FERREIRA - RG nº 16.269.125-7
MARLI AP. LUIZ DE MELO - RG nº 22.032.399-9
MIRIAN C. GENERICH CAETANO - RG nº 33.026.300-6
MAURILIO RODRIGUES DE NOVAIS - RG nº 33.127.540-5
ORIANA SHIPPA - RG nº 7.816.649
PAULA STELLA LOUREIRO - RG nº 44.568.693-5
PAULO RICARDO INIGO FERREIRA - RG nº 50.565.790-9
RENATA GABRIEL PEREIRA - RG nº 42.040.581-1
RITA APARECIDA ROMANO N. PEREIRA - RG nº 8.380.115-7
RITA DE CÁSSIA MARRONI TRENDI MAIA - RG nº 14.884.137-5
ROSIMEIA APARECIDA DA SILVA GRAVELLO - RG nº 27.689.183-1
ROSIMEIRE PINTO FERREIRA - RG nº 27.073.562-8
SANDRA REGINA ACORSI DE MOURA - RG nº 15.972.979-8
SIMONE P. DA SILVA MONTECHIGE- RG nº 20.815.432-2
SIMONE GASQUE ARANHA - RG nº 19.339.696-8
SILVIA HELENA GAZOLA DA ROCHA - RG nº 16.545.815-X
TÂNIA MARIA GARCIA MEYER - RG nº 14.884.953-2

"Sózinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"



§ 1º - A Pregoeira e os integrantes das Equipe de Apoio e de Acompanhamento Técnico são, todos, servidores do quadro de servidores CIVAP, CIVAP SAÚDE e dos municípios, seus entes consorciados, estão aptos a atuarem nos processos licitatórios realizados pelo referido Consórcio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assis, 09 de janeiro de 2020.

WAGNER MATHIAS

Presidente do CIVAP e Prefeito de João Ramalho

Publicada no quadro de avisos do CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema na data supra.



IDA FRANZOSO DE SOUZA

Diretora Executiva do CIVAP

"Sózinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA

Via Chico Mendes, 65 - Quinta dos Flamboyants - CEP. 19.810-005 - Assis/SP - CNPJ: 51.501.484/0001-93
Fone: (18) 3323 2368 - email: civap@civap.com.br - site: www.civap.com.br / civap.sp.br.br



DECRETO Nº 006/2020
De 24 de junho de 2020

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO, NO ÂMBITO DO CIVAP, DA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO REALIZADO POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, A QUE SE REFERE O § 1º, DO ARTIGO 2º, DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

WAGNER MATHIAS, Presidente do CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema e Prefeito do município de João Ramalho, Estado de São Paulo no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Art. 2º O pregão na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

§ 2º Para julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

§ 3º O Sistema referido no caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

§ 4º O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional de entidades devidamente qualificadas e credenciadas, inclusive as Bolsas de Mercadorias, devendo estas, estarem organizadas sob a forma de Sociedades Civis sem fins lucrativos e com a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregão.

Art. 3º Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o(a) pregoeiro(a), os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o sistema eletrônico.

"Sazinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"



§ 3º A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

Parágrafo único. O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 6º Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 7º À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

I - designar e solicitar, junto ao provedor do sistema, o credenciamento do(a) pregoeiro(a) e dos componentes da equipe de apoio;

II - indicar o provedor do sistema;

III - determinar a abertura do processo licitatório;

IV - decidir os recursos contra atos do(a) pregoeiro(a) quando este(a) mantiver sua decisão;

V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VI - homologar o resultado da licitação; e

VII - celebrar o contrato e ou ata de registro de preços.

Art. 8º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;

II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;

III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"



relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

VI - designação do(a) pregoeiro(a) e de sua equipe de apoio.

§ 1º A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração.

§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Art. 9º As designações do(a) pregoeiro(a) e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 1º A equipe de apoio deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores do CIVAP e servidores de Prefeituras que integra referido Consórcio.

§ 2º A designação do(a) pregoeiro(a), a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

Art. 10. Caberá ao(à) pregoeiro(a), em especial:

I - coordenar o processo licitatório;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

III - conduzir a sessão pública na internet;

IV - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

V -- dirigir a etapa de lances;

VI - verificar e julgar as condições de habilitação;

VII - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 11. Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o(a) pregoeiro(a) em todas as fases do processo licitatório.

Art. 12. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no sistema eletrônico de apoio técnico operacional indicado e disponibilizado pelo CIVAP.

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,

"Sazinha o problema é seu, juntos ele é nosso!"



assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no sistema eletrônico terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 13. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada através das seguintes formas conforme a determinação do edital:

I - Por meio do SICAF, CAUFESP ou outro sistema devidamente normatizado, nos documentos por ele abrangidos.

II - Através do próprio portal eletrônico que disponibilize a ferramenta de inclusão dos documentos exigidos em edital em forma digitalizada /ou escaneada (sempre em forma de reconhecimento de firma por verdadeiros), a qual por ocasião do cadastramento da proposta, o licitante simultaneamente em ato contínuo deverá cadastrar (junto ao portal eletrônico em arquivo específico) os documentos exigidos em edital, que estes tão somente serão conhecidos (pelo(a) pregoeiro(a) e de forma pública) após o término do tempo randômico e ou prorrogação automática, e tão somente os documentos do licitante vencedor. Documentos estes que devem ser anexados em sua forma original e/ou por verdadeiros por ocasião da assinatura do contrato.

III - Envio de documentos pelos licitantes por via postal ou entrega dos mesmos na entidade ou órgão responsável pela licitação, por prepostos ou responsáveis diretos da licitante.

§ 2º A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V deste artigo poderá, mediante regra expressa em edital, ser substituída pelo registro cadastral no SICAF/CAUFESP, conforme o caso.

Art. 14. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"



exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 15. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o CIVAP;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 16. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

a) para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, com a utilização de recursos próprios ou decorrentes de transferências voluntárias do Estado, tais como convênios e contratos de repasse:

I - por meio de publicação de aviso no Diário Oficial do Estado, jornal de circulação local e por meio eletrônico, quando o valor estimado para a contratação for inferior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

II - por meio de publicação de aviso no Diário Oficial do Estado, por meio eletrônico, em jornal de grande circulação no Estado e em jornal de circulação local quando o valor estimado para a contratação for igual ou superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

b) para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse:

III - por meio de publicação de aviso no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado, jornal de circulação local e por meio eletrônico, quando o valor estimado para a contratação for inferior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

IV - por meio de publicação de aviso no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado, por meio eletrônico e em jornal de grande circulação no Estado e em jornal de circulação local quando o valor estimado para a contratação for igual ou superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

§ 1º Os valores estipulados nos incisos I e II acompanharão as alterações verificadas

"Sazinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"



nos limites indicados nas alíneas "b" e "c" do artigo 23, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

§ 2º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 3º A publicação referida neste artigo poderá ser feita em sítios oficiais da administração pública, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

§ 5º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

§ 6º Na divulgação de pregão realizado para o sistema de registro de preços, independentemente do valor estimado, será adotado o disposto na alínea "b"

Art. 17. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

§ 2º. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Art. 18. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) pregoeiro(a), até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

Art. 19. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 20. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 4º Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 21. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do(a) pregoeiro(a) com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas

"Sózinha o problema é seu, juntos ele é nosso!"



que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

Art. 22. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Parágrafo Único. O(A) pregoeiro(a) deverá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros (conforme o caso):

- a) Portal da Transparência do Governo Federal
- b) SICAF
- c) CAUFESP/(CADIN).

Art. 23. Classificadas as propostas, o(a) pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observada a redução mínima entre os lances sucessivos, quando for o caso;

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 7º Ao invés da regra prevista no §6º deste artigo, poderá ser estipulado em edital o fechamento dos lances via "prorrogação automática", momento em que o pregão se encerrará apenas quando o certame ficar sem receber lances pelo período de 2 (dois) minutos consecutivos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, caso contrário serão feitas prorrogações automáticas visando a continuidade da disputa.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10 No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o

"Sózinha o problema é seu, juntos ele é nosso!"



sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11 Quando a desconexão do(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 24. Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, CAUFESP, etc., conforme o caso, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados órgãos ou entidades que aderirem aos respectivos cadastros. Caso contrário, dar-se-á mediante a verificação da documentação enviada pelos licitantes, via postal ou entrega da mesma na entidade ou órgão responsável pela licitação, por prepostos ou responsáveis diretos da licitante.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, CAUFESP, etc., e quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via fax, no prazo definido no edital, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

§ 3º Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 5º Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 6º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 7º No pregão na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§ 8º Os demais procedimentos referentes ao sistema de registro de preços ficam submetidos à norma específica que regulamenta o art. 15 da Lei nº 8.666/93.

§ 9º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 25. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o(a) pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nano!"



§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 26. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no § 2º ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 4º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, salvo disposição específica do edital.

Art. 27. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o CIVAP, e será, se for o caso, descredenciado no SICAF/CAUFESP, etc., ficando impedido de participar de licitações coma administração pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo único. As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos cadastros respectivos.

Art. 28. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 29. O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

I - justificativa da contratação;

II - termo de referência;

III - planilha de orçamento, que conterà os quantitativos e os valores unitários e totais do bem ou serviço, ou planilhas de custo, quando for o caso;

IV- previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

V - autorização de abertura da licitação;

"Sazinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"



- VI - designação do(a) pregoeiro(a) e equipe de apoio;
- VII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
- VIII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- IX - parecer jurídico;
- X - documentação exigida para a habilitação;
- XI - ata contendo os seguintes registros:
 - a) licitantes participantes;
 - b) propostas apresentadas;
 - c) lances ofertados na ordem de classificação;
 - d) aceitabilidade da proposta de preço;
 - e) habilitação; e
 - f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;
- XII - comprovantes das publicações:
 - a) do aviso do edital;
 - b) do resultado da licitação;
 - c) do extrato do contrato; e
 - d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

§ 1º O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

§ 3º A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública

Art. 30. Aplicam-se subsidiariamente as normas Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e os Decretos Federais números 3.555 de 08 de agosto e 2000, 5.450, de 1º de junho de 2005 e 10.024 de 20 de setembro de 2019, que serão utilizados para resolver casos omissos.

Art. 31. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assis, 24 de junho de 2020.

WAGNER MATHIAS

Presidente do CIVAP e Prefeito de João Ramalho

Publicada no quadro de avisos do CIVAP – Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema na data supra.

IDA FRANZOSO DE SOUZA

Diretora Executiva do CIVAP

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA

Via Chico Mendes, 65 - Quinta dos Flamboyants - CEP. 19.810-005 - Assis/SP - CNPJ: 51.501.484/0001-93
Fone: (18) 3323 2368 - email: civap@civap.com.br - site: www.civap.com.br / civap.sp.br.br





ACONSTEC Assessoria, Consultoria, Auditoria e Administração S/S Ltda.

Rua Osvaldo Cruz, 550 - Centro - CEP: 17.800-000
ADAMANTINA SP (CNPJ: 07.033.107/0001-85 - Fone (018) 3522-1330)

CERTIFICADO

A ACONSTEC - Assessoria, Consultoria, Auditoria e Administração S/S Ltda certifica que:

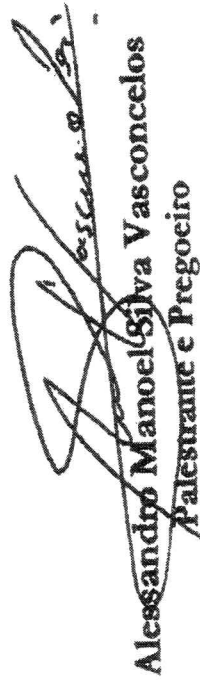
Silvia Miranda Gomes

Participou do curso sobre:

FORMAÇÃO E HABILITAÇÃO DE PREGOEIRO

com início às 8h e término às 17h, em 17 de janeiro de 2009,
na cidade de Maracai, Estado de São Paulo, com carga horária de 08 (oito) horas.

Maracai, 17 de janeiro de 2009.


Alessandro Manoel Silva Vasconcelos
Palestrante e Pregoeiro